

## MEMORANDO

**MEMO:** 128/2018 – ASSESSORIA JURÍDICA  
**DE:** ASSESSORIA JURÍDICA COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES  
**PARA:** GABINETE DO COORDENADOR DA CGCL  
**ASSUNTO:** ENCAMINHAMENTO DE PARECER FINAL  
**PROC. Nº 474/2017- SEMAG**

Senhora Coordenadora,

Reenviamos à Vossa Senhoria os autos do processo em epígrafe, cujo objeto é o **Registro de Preços Para Serviço de Digitalização de Documentos, Cópias, Encadernação e Plotagens Para Atender as Necessidades do Município de Timon-MA**, com análise e emissão de parecer jurídico acerca do procedimento licitatório em apreço, conforme reza o artigo 38, inciso VI, da Lei nº 8666/93.

Nesse sentido, aguarda conclusão do procedimento.

Timon, 23 de Maio de 2018.

  
(LUANA MARA SANTOS PEDREIRA

ASSESSORA JURÍDICA DA CGCL

OAB/PI Nº 13.170

## PARECER TÉCNICO – JURÍDICO FINAL

**Processo Administrativo:** 474/2018

**Processo Licitatório:** 023/2018

**Modalidade:** Pregão Presencial (SRP)

**Objeto:** Registro de Preços Para Serviço de Digitalização de Documentos, Cópias, Encadernação e Plotagens Para Atender as Necessidades do Município de Timon-MA.

**Origem:** Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pessoal – SEMAG

**Assunto:** Análise final de procedimento licitatório

### RELATÓRIO

Vieram os autos do processo para análise e emissão de parecer final quanto à aprovação jurídica do procedimento em apreço, o que recebemos com o fim de apresentar orientações técnicas à luz da Lei nº 8.666/93.

Quanto às diretrizes normativas, estabelece o artigo 38 da referida lei:

*Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:*

Trata-se de Processo Administrativo nº 849/2018, referente ao Pregão Presencial com Sistema de Registro de Preços Nº 023/2018, cujo objeto é a Registro de Preços Para Serviço de Digitalização de Documentos, Cópias, Encadernação e Plotagens Para Atender as Necessidades do Município de Timon-MA.

Passar-se-á à análise da documentação acostada aos autos bem como do procedimento até esta etapa do certame para verificar se o trâmite seguiu rigorosamente as normas exigidas pela Lei de Licitações.

É, no essencial, o relatório.

#### DA NECESSIDADE DO PARECER JURÍDICO

Primeiramente, cumpre destacar a obrigatoriedade do presente para o cumprimento das regras licitatórias, nos termos do art. 38, VI e Parágrafo Único da Lei 8.666/93, *verbis*:

*"Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:*

*(...)*

*VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;*

*(...)*

*Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração."*

Nítido é, portanto, a necessidade do presente parecer jurídico acerca do procedimento licitatório.

#### DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

## **DO CABIMENTO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)**

O Sistema de Registro de Preço é um procedimento demandado à Administração Pública, delineado pela Lei 8.666 de 1993 e consagrado pelo Decreto nº 3.931 de 19/09/2001, e agora recentemente pelo Decreto nº 7.892 de 23 de Janeiro de 2013, que utiliza as modalidades licitatórias pregão ou concorrência, para realizar registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens necessários, nas quais se exigem contratações frequentes ou aquisições com entrega parcelada.

Assim dispõe o artigo 3º do Decreto 7.892/2013 sobre as hipóteses em que este sistema poderá ser adotado, senão veja-se:

*Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:*

*I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;*

*II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;*

*III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou*

*IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.*

Perfeitamente adequado, portanto, a adoção deste sistema de contratação e aquisição.

## **DA VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS NOS AUTOS E ANÁLISE DA FASE EXTERNA**

Verifica-se que há no processo os seguintes documentos: provocação para início do procedimento mediante Solicitação de Despesa da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pessoal –

SEMAG, contendo justificativa e dotação orçamentária; Termo de Referência; com justificativa e especificações detalhadas do objeto como quantidades e valores; folhas de informação orçamentária; Designação do Pregoeiro (Portaria nº 002/2018 – GP); Minuta do Edital e do Contrato; Memorando nº 119/2018 requerendo emissão de Parecer Jurídico Inicial; Documentos de Habilitação e Proposta das empresas participantes **JLB PEREIRA COMÉRCIO E SERVIÇOS; C.F. ARAÚJO COMÉRCIO – ME (W. P. ARAÚJO)** Ata da Sessão do Pregão Presencial; Memorando nº 149/2018 requerendo emissão de Parecer Jurídico Final.

Quanto à fase externa da licitação estão os **avisos de licitação publicados** nos moldes do Art. 21 da Lei 8.666/93. Acerca da **abertura e julgamento** do certame estão devidamente registradas em ata (inciso V do art. 38 da lei 8.666/93).

Analisando cuidadosamente os autos constatou-se que os **julgamentos da habilitação e proposta de preços** foram executados em consonância com as normas editalícias, estando todo o procedimento em perfeita harmonia com a Lei 8.666/93, sem conter qualquer irregularidade.

### **DO RESULTADO DO CERTAME**

No caso em apreço, após a abertura do certame, com subsequente julgamento das propostas e habilitações, as empresas **JLB PEREIRA COMÉRCIO E SERVIÇOS** e **C.F. ARAÚJO COMÉRCIO – ME (W. P. ARAÚJO)**, tiveram suas propostas classificadas, tendo sido declaradas vencedoras por cotarem os menores preços bem como por atenderem a todas as exigências legais e editalícias.

## DA CONCLUSÃO

*Ex positis*, esta Assessoria Jurídica pugna pela possibilidade de aprovação do procedimento até esta fase processual, devendo ser os autos encaminhados à Coordenação Geral de Licitações para as providências necessárias.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Timon/MA, 23 de maio de 2018.

  
**Luana Mara Santos Pedreira**  
Assessoria Jurídica – CGCL

Port. 049/2017-GP

OAB/PI nº 13.170